

A ESCOLARIZAÇÃO EM PORTUGAL NO PRINCÍPIO DOS ANOS 40: UMA ANÁLISE QUANTITATIVA

Pedro Gomes

Birkbeck, University of London, United Kingdom
p.gomes@bbk.ac.uk

Matilde Machado

Universidad Carlos III de Madrid, España
matilde.machado@uc3m.es

135

Em 1940, o governo português aprovou um plano nacional de construção de escolas primárias denominado “Plano dos Centenários” que projectava um aumento de 60% do número de estabelecimentos de ensino primário. Através de uma análise estatística e após uma exaustiva recolha de dados, identificam-se vários factos relativos à escolarização em Portugal a nível geográfico, de género, e de tipo de escola à data do início do Plano dos Centenários e descreve-se a distribuição das novas escolas primárias por distritos, concelhos e freguesias prevista no plano. Em 1940, a distribuição de escolas e o aproveitamento dos recursos escolares era muito desigual a nível geográfico, e existiam grandes diferenças entre os géneros. O plano delineava uma maior expansão em termos relativos nas áreas mais desfavorecidas do Sul e interior do país. Finalmente, utiliza-se o caso do distrito de Évora para demonstrar o atraso na execução do plano.

Palavras-chave: Plano dos Centenários, política de educação, Estado Novo, estatísticas da educação.

Abstract (EN) at the end of the article. Résumé (FR) en fin d'article.

Apesar do interesse suscitado pelo estado da educação em Portugal durante a 1ª República, gerando apaixonadas discussões por parte de destacados intelectuais da sociedade portuguesa (Magalhães 2010), em 1940 a realidade era ainda a de uma sociedade maioritariamente analfabeta, onde apenas 40% da população sabia ler. O elevado número de analfabetos, que não frequentaram a escola, contribuiu para uma média de apenas 1,6 anos de escolarização da população adulta dos 15 aos 64 anos, média essa muito inferior aos mais de três anos de escolaridade da população adulta em França, Espanha ou Itália no mesmo período (Gomes e Machado 2020). Com o fim de reduzir o analfabetismo, o Estado Novo implementou uma estratégia educativa, amplamente estudada por historiadores portugueses, que constou de várias iniciativas.

A escolarização obrigatória manteve-se só até à 3ª classe (Martins 2009),¹ culminando com a aprovação no chamado exame de 1º grau. A exigência do exame do 1º grau para o acesso a muitas profissões contribuiu para uma imagem da escola como algo útil para a população, o que não tinha sido o caso até então (Mónica 1977). Esta nova imagem da escola dependeu também, muito provavelmente, da revisão dos programas escolares com a finalidade de conseguir a aquisição de conhecimentos “mínimos” através de um programa nacional comum e simplificado (Magalhães 2010),² controlado pelo estado através da adopção de um manual oficial único.³ O Estado Novo adoptou também um conjunto de medidas de incentivo à frequência escolar (nomeadamente ajudas em forma de bolsas escolares e acesso às cantinas para os mais pobres) complementadas com medidas dissuasoras do abandono escolar (nomeadamente multas, Mendonça 2009).⁴ Por fim, realizou-se um plano centralizado de construção de infraestruturas escolares por todo o país, denominado Plano dos Centenários, cujo nome lhe foi atribuído na Lei nº 1.985, de 17 de Dezembro de 1940, com a pretensão de o vincular “às comemorações dos oito séculos de história a realização de medida de tam largo alcance para a Nação”. O Plano dos Centenários original tinha por objectivo a construção de 6.809 edifícios em todo o país (6.082 no continente) — correspondentes a um total de 11.458 salas de aula (9.314 no continente) — num período de 10 anos. Este investimento significaria, aproximadamente, uma nova escola para cada 90 crianças de 7-10 anos de idade e representava um aumento de 60% do número de estabelecimentos de ensino primário existentes (Gomes e Machado 2020).

O Plano dos Centenários insere-se no processo de educação das massas que ocorreu em Portugal durante o Estado Novo, em contraste com outros países desenvolvidos cujos processos decorreram durante o século XIX (Soysal e Strang 1989; Aghion *et al.* 2019). Nas suas origens estava frequentemente em causa a construção de um estado-nação com uma identidade própria, assim como a necessidade de preparar uma mão-de-obra para uma economia mais industrializada. A explicação do histórico atraso português, sendo complexa, assenta no facto de os seus governantes nunca terem sentido a necessidade de construir uma identidade nacional, dado Portugal ser um

1 O regime começou por reduzir a escolaridade obrigatória a quatro anos (Decreto-Lei n.º 13.619, de 17 de Maio de 1927) e posteriormente a três anos (Decreto-Lei n.º 18.140, de 22 de Março de 1930).

2 O carácter católico e nacionalista da educação durante o Estado Novo, instituído como obrigatório (Lei 1941, de 11 Abril de 1936), contribuiu também para uma maior aceitação da escola pelas massas (Palma e Reis 2021).

3 Lei n.º 1.941, de 11 de Abril de 1936.

4 Decreto-Lei n.º 38.968, de 27 de Outubro de 1952.

país homogéneo com fronteiras estáveis no contexto Europeu (Candeias 2004, entre outros). A necessidade de educar a população não foi, portanto, sentida até à 1ª República (Magalhães 2010) mas, apesar da vontade política, as taxas de analfabetismo mantiveram-se elevadas (Marques 1981). O grande impulso na literacia só ocorreu com o Estado Novo (Candeias 2004; Gomes e Machado 2020; Palma e Reis 2021).

Alguns historiadores salientam ainda outros motivos que levaram o Estado Novo a seguir uma política de redução do analfabetismo, nomeadamente a utilização da escola com fins de propaganda e de doutrinação moral católica para manter a ordem e o controlo ideológico do povo (Mónica 1977; 1978; Nóvoa 1992), e a necessidade de melhorar a imagem de Portugal. Neste sentido, é anedótica a postergação do lançamento dos resultados do Censo de 1940 para não coincidir com a Exposição do Mundo Português (Candeias *et al.* 2004), e elucidativo o prólogo ao Decreto-Lei n.º 16.782, de 27 de Abril de 1929, que proibia a emigração de pessoas analfabetas porque “prejudica o bom-nome do seu país”. Havendo bastantes análises descritivas sobre a ideologia salazarista em relação ao papel da educação na sociedade – examinando tanto as leis aprovadas como as suas consequências, por exemplo, ao nível de conteúdo dos currículos escolares –, há uma escassez de análises quantitativas, particularmente relativas ao Plano dos Centenários.

O objectivo deste trabalho é ler a história através de números. A nossa perspectiva é sobretudo quantitativa, pretendendo, através de uma exaustiva recolha de dados históricos e de uma análise estatística simples, identificar alguns factos que possam concorrer para futuras análises sobre a história da educação em Portugal durante o Estado Novo. Para este fim, recorre-se a quatro fontes principais na construção das nossas bases de dados. A primeira destas é extraída das *Estatísticas da Educação do ano lectivo 1940-1941*;⁵ esta fonte é utilizada para caracterizar a situação da escolaridade no início do período em análise e contém informação ao nível do distrito e do concelho. A segunda base de dados tem informação sobre as escolas e as salas de aula planeadas em 1941; é retirada directamente do documento *Mapa Definitivo das Obras de Escolas Primárias* (1943),⁶ que consiste na listagem das freguesias abrangidas pelo Plano dos Centenários e o correspondente número de escolas e de salas de aula previsto por freguesia. Do Censo de 1940, recolheram-se dados demográficos da população ao nível do distrito,

5 Instituto Nacional de Estatística, *Estatísticas da Educação, Ano Lectivo 1940-1941*. Lisboa: Bertrand Irmãos.

6 *Mapa Definitivo das Obras de Escolas Primárias: Plano dos Centenários* (1943). Lisboa: Imprensa Nacional.

do concelho e da freguesia, com os quais se constituiu a terceira base de dados. A quarta fonte de dados é extraída dos *Processos Escolares*.⁷ Cada processo escolar contém informação sobre a localização de cada nova escola construída, o número de salas de aula (e a divisão entre género feminino ou masculino), os custos de construção e a data de conclusão do projecto.

Tendo sido previamente estudadas três destas quatro bases de dados históricas conforme metodologias utilizadas em Economia (Gomes e Machado 2020), pretende-se que este trabalho constitua uma fonte de informação estatística mais apropriada para outras ciências sociais e um instrumento multidisciplinar nas diversas áreas de conhecimento que se têm vindo a debruçar sobre esta temática, como a história e a história económica, a sociologia, a geografia e as ciências da educação.⁸ Por isso, relativamente a Gomes e Machado (2020), prestou-se atenção a outros aspectos, nomeadamente: i) a situação da escolaridade primária em 1940 a nível geográfico, de género e de tipo de escola; ii) o plano de construção de escolas primárias – Plano dos Centenários – por freguesia; iii) execução do Plano dos Centenários com o exemplo concreto do distrito de Évora, onde se utilizará pela primeira vez a quarta base de dados mencionada no parágrafo anterior.

Na secção 1, a análise dos recursos escolares existentes em 1940 revela um país muito desigual. Nessa altura, o país apresentava uma distribuição deficitária de estabelecimentos de ensino primário, com apenas um estabelecimento de ensino por cada 700 habitantes, sendo o Sul desfavorecido, não só em termos de quantidade, mas também de qualidade. Por exemplo, Beja é o distrito com a menor percentagem de crianças matriculadas (59%) e também a menor percentagem de crianças que frequentava a escola (20%) e que sabia ler (29%), em contraposição com Guarda ou Lisboa. Lisboa, tendo à data uma percentagem de matriculados relativamente modesta (69%), tinha, em contrapartida, a maior percentagem de crianças que frequentava a escola (46%) e que sabia ler (59%). É precisamente o distrito de Lisboa, conjuntamente com o do Porto, que aparentava ter a maior pressão sobre os recursos escolares em termos de número de alunos por escola e por professor.

7 Arquivo das Construções Escolares. Portugal, Ministério da Educação, Secretaria-Geral (<https://arquivo-ec.sec-geral.mec.pt/details?id=76427>).

8 Uma listagem não exaustiva de estudos sobre esta temática em diferentes áreas do conhecimento inclui: Beja *et al.* (1996), Carvalho (1986), Nóvoa (1992), Mónica (1978) e Ramos (1988) em história; Amaral (2019), Reis (1993) e Palma e Reis (2021) em história económica; Anibal e Cabeçadas (2000) e Mendonça (2009) em sociologia; Cordeiro, Santos e Caridade (2013) e Santos e Cordeiro (2014) em geografia; Candeias (1998), Candeias, Paz e Rocha (2004), Magalhães (2010; 2018) e Martins (2009) em ciências da educação.

Na secção 2 analisa-se o aproveitamento escolar e as taxas de alfabetização em 1940 por distrito. A melhor oferta educativa no Norte e litoral do país traduz-se, por exemplo, numa menor percentagem de postos escolares e, portanto, uma maior percentagem de escolas no conjunto da oferta de estabelecimentos escolares. Os primeiros eram caracterizados por contratarem regentes, cujo currículo era menos especializado que o dos professores,⁹ e estavam localizados em aldeias e pequenas localidades com o objectivo mínimo de alfabetizar. A diferença de qualidade era visível nas altas taxas de abandono escolar em 1940 — trinta pontos percentuais mais elevadas nos postos escolares (79%) do que nas escolas (49%) — e nos números de alunos propostos ao exame do 1º grau — 12% dos alunos originariamente matriculados na 1ª e 2ª classes nos postos escolares em comparação com 20% nas escolas. Ao contrário do que ocorre actualmente, o género masculino tinha um melhor aproveitamento escolar. A secção 3 analisa o Plano dos Centenários. Este projectava um aumento de mais de 6.000 escolas no continente, que passaria a ter um estabelecimento de ensino por cada 440 habitantes. Isto representa um acréscimo de mais de duas escolas em cada uma das perto de 3.000 freguesias contempladas. Da análise estatística pode-se inferir que foram planeadas mais escolas para as freguesias com taxas de alfabetização mais baixas. A secção 4 apresenta com detalhe a construção de escolas no distrito e concelhos de Évora nos anos 40, 50 e 60. A secção 5 conclui e no final inclui-se um anexo estatístico com várias tabelas.

1. Recursos: escolas e postos escolares

Recorreu-se ao *Censo de 1940* e às *Estatísticas da Educação do Ano Lectivo 1940-1941* para caracterizar a situação da escolaridade no período em análise ao nível do distrito e do concelho. No ano lectivo de 1940-41, como referem Gomes e Machado (2020), existiam em Portugal continental 9.661 estabelecimentos de ensino primário (7.264 escolas e 2.397 postos escolares), 12.726 professores e regentes e 506.086 alunos.¹⁰ A Tabela 1, que contém dados agregados por distrito relativos à oferta escolar em 1940, demonstra que o distrito com menos estabelecimentos escolares era o de Setúbal (202) e aquele com mais era o do Porto (1024). Estes números por si só são pouco significativos e, por isso, na Tabela 1 são mostradas também

⁹ Lei nº 1.969, de 20 de Maio 1938.

¹⁰ Estes números incluem escolas privadas. No entanto, Gomes e Machado (2020) referem que, em 1940, o número de escolas privadas com ensino primário representava menos de 5% das escolas e os seus alunos cerca de 9,3% do total de alunos.

variáveis demográficas e geográficas que permitem obter uma normalização e, portanto, uma melhor comparação entre os distritos.

Estas comparações revelam um país muito desigual no que respeita aos recursos escolares existentes e à sua utilização. Por exemplo, o total de alunos matriculados no país representa 48% das crianças em idade escolar (entre 7-13 anos de idade), mas esta percentagem oscila entre o mínimo de cerca de 34% em Beja e Setúbal e o máximo de cerca de 60% em Bragança e Guarda. Estes últimos distritos registam também menos alunos por estabelecimento escolar (entre 41 e 42 alunos) e por professor (entre 34 e 37). Os valores para Bragança ou Guarda podem provir da existência de uma rede densa de pequenos estabelecimentos escolares, que permite um fácil acesso dos alunos à escola. Lisboa é o distrito com mais alunos por estabelecimento escolar (cerca de 86), fruto, sem dúvida, de uma maior concentração populacional e, portanto, da existência de estabelecimentos escolares de maior dimensão.

Os postos escolares, em geral mais pequenos que as escolas primárias, foram estabelecidos em aldeias e pequenas povoações no início do Estado Novo (Magalhães 2010; 2018). A percentagem de escolas primárias no total da oferta educativa primária variava por distrito num intervalo relativamente amplo (46%-88%), onde Faro aparece como o distrito com uma menor percentagem de escolas (46%) e, portanto, uma maior percentagem de postos, e os distritos de Leiria, Porto, Coimbra, Viseu e Guarda com uma percentagem de escolas superior a 80%, como pode ser visto no mapa da Figura 1. Estas diferenças são importantes pois, como argumenta Magalhães (2010), os postos escolares ofereciam um ensino de pior qualidade.

Para completar esta informação relativa aos indicadores escolares, a Tabela 2 mostra estatísticas escolares por distrito e por tipo de estabelecimento escolar em funcionamento no ano lectivo de 1940-41, nomeadamente escolas e postos escolares.¹¹ As diferenças são claras: os postos escolares tinham em média menos alunos (cerca de 27 *versus* 64 nas escolas)¹² e também menos alunos por professor (25 *versus* 44 nas escolas).¹³ Nestes aspectos, os postos escolares eram bastante mais homogéneos entre si do

11 A informação da Tabela 2 é ao nível do distrito. Assim, por exemplo, a média de alunos por escola ou posto escolar é simplesmente a soma de todos os alunos matriculados em todo o distrito dividido pelo número de escolas e postos escolares em funcionamento no distrito.

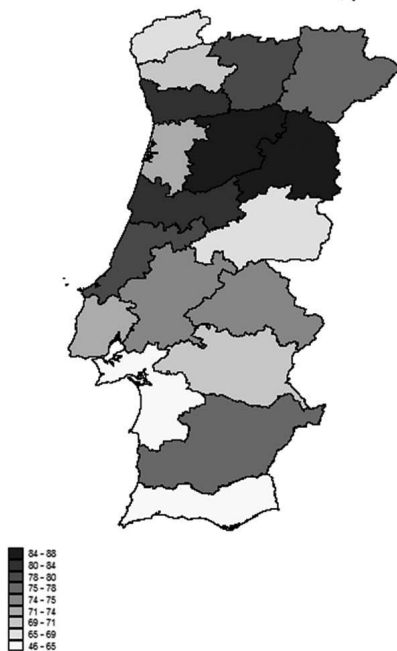
12 Ver colunas (4) e (5) da Tabela 2. A coluna (6) revela, por exemplo, que a concentração de alunos por estabelecimento escolar é maior nos distritos de Lisboa e Setúbal e menor em Vila Real e na Guarda.

13 Ver colunas (7) e (8) da Tabela 2. A coluna (9) da Tabela 2 demonstra que a concentração de alunos por professor ou regente é maior nos distritos de Leiria e Porto e menor em Faro e Vila Real.

que as escolas. No âmbito da Economia da Educação, um maior número de alunos por professor está associado a uma menor qualidade de ensino. Porém, a tradicional utilização deste indicador como medida da qualidade do ensino no contexto português de 1940 induziria a uma conclusão errónea de que os postos escolares ofereceriam um ensino de maior qualidade. Ainda da observação da Tabela 2, pode-se ver como o número de alunos por posto escolar (coluna (5)) é muito semelhante ao número de alunos por professor nos postos escolares (coluna (8)) em todos os distritos, o que indica a existência de um único regente na maior parte dos postos escolares. As diferenças encontradas entre escolas e postos escolares são consistentes com a localização destes últimos em zonas rurais e menos povoadas.

Figura 1. Oferta educativa, 1940-1941

Percentagem de escolas no total da oferta educativa no ano lectivo 1940-41, por distrito



Fonte: Estatísticas da Educação, Ano Lectivo 1940-1941

Na Tabela 3 usa-se informação estatística ao nível do concelho para caracterizar os distritos. Assim, por exemplo, da coluna (1) sabe-se que Setúbal é o distrito cujos concelhos têm em média uma maior concentração de alunos por estabelecimento de ensino e o distrito de Vila Real é aquele onde essa concentração é menor. Da comparação entre as colunas (3) e (4)

da Tabela 3 pode-se ver que a diferença entre concelhos do mesmo distrito podia ser substancial, como é o caso de Lisboa, onde havia um concelho com 355 alunos por estabelecimento de ensino e outro com apenas 41; ou do distrito do Porto, onde havia um concelho com 222 alunos por estabelecimento de ensino e outro com apenas 37. Lisboa aparece também como o distrito cujos concelhos têm, em média, mais alunos por professor assim como o que tem a maior dispersão entre os seus concelhos, com um máximo de 71 alunos por professor e um mínimo de 35.

2. Aproveitamento escolar e alfabetização

Recorrendo às bases de dados já utilizadas na secção anterior, pode-se descrever o país em 1940 em termos do aproveitamento escolar. Um dos indicadores mais importantes, principalmente num contexto de analfabetismo elevado, é o de abandono escolar. Mediu-se a progressão escolar, ou seja, o oposto ao abandono escolar, como o número de alunos matriculados na 3ª e 4ª classes em percentagem do número de alunos matriculados na 1ª e 2ª classes. Na Tabela 4 apresentam-se as taxas de progressão escolar a partir da 2ª classe por distrito, por tipo de estabelecimento escolar e por género. Em média, apenas 46% dos alunos do país matriculados na 1ª e 2ª classes continuam os seus estudos para a 3ª classe.¹⁴ Se forem comparadas as taxas de progressão escolar por tipo de estabelecimento escolar, concluir-se-á que esta é mais do dobro nas escolas do que nos postos escolares, 51% e 21%, respectivamente. Esta diferença é consistente com o âmbito tipicamente rural onde se localizavam os postos escolares. Existe, portanto, um muito maior abandono escolar nos postos escolares do que nas escolas. Finalmente, nas colunas (4) e (5) da Tabela 4, pode-se observar que, ao contrário do que se passa na actualidade, em 1940 o abandono escolar era 10 pontos percentuais mais elevado para alunas do género feminino, com taxas de progressão escolar de apenas 40%, em relação aos alunos do género masculino, com taxas de progressão escolar de 50%.

Outro indicador de aproveitamento escolar seria a percentagem de alunos propostos ao exame do 1º grau (ou seja, da 3ª classe). Para construir este indicador — outra medida de qualidade do ensino —, o mais natural seria utilizar como denominador o número de alunos matriculados na 3ª

¹⁴ No caso de não haver abandono, ou seja, de que todos os alunos se matriculassem na 3ª e 4ª classes, a percentagem de alunos na 3ª e 4ª classes em relação ao número de alunos matriculados na 1ª e 2ª classes seria aproximadamente de 100%.

classe. Em geral, no continente, a percentagem de alunos propostos a exame do 1º grau é baixa, apenas 57% nas escolas e 55% nos postos escolares. Esta pequena diferença pode resultar de duas forças contrárias. Por um lado, a menor qualidade de ensino nos postos escolares levaria a propor a exame um número menor de estudantes. Por outro, o maior abandono escolar nos postos escolares cria um problema estatístico de selecção. Este problema gera-se quando os alunos que permanecem matriculados a partir da 3ª classe nos postos escolares são melhores estudantes em média do que aqueles matriculados nas escolas, o que levaria os postos escolares a proporem uma maior percentagem de alunos a exame do 1º grau. Uma medida de aproveitamento relativo que não seja enviesada devido ao diferente nível de abandono escolar na 3ª classe em escolas e postos escolares é, por exemplo, o rácio entre o número de alunos propostos ao exame do 1º grau e o total de alunos matriculados na 1ª e 2ª classes. Como se pode apreciar nas colunas (3) e (6) da Tabela 5, esta percentagem é muito superior nas escolas do que nos postos escolares (a média das escolas do país é 20% e a dos postos escolares 12%).

A Tabela 5 mostra também as diferenças de aproveitamento por género. Deste modo, cada coluna mostra os totais de alunos e alunas que são propostos ao exame de 1º grau em percentagem dos alunos e das alunas matriculados na 1ª e na 2ª classes, respectivamente, para escolas (colunas (1) e (2)) e postos escolares (colunas (4) e (5)). O diferencial entre os géneros é de três pontos percentuais, tanto para as escolas como para os postos escolares, mas representa uma maior percentagem nestes últimos. Pode-se, portanto, concluir que, ao nível do distrito, mais rapazes do que raparigas eram propostos para realizar o exame do 1º grau. Um último indicador de aproveitamento escolar é, naturalmente, a taxa de aprovação do exame do primeiro grau de alunos do género masculino. O distrito com menor sucesso escolar é Faro, com 53% de taxa de aprovação média, e o de maior sucesso é Viana do Castelo, com 66%.

A junção dos dados das *Estatísticas da Educação do Ano Lectivo 1940-41*, usados até agora, com os dados do *Censo de 1940* permite verificar, por exemplo, se a distribuição de alunos matriculados é consistente com as distribuições censitárias de crianças cujos pais declararam que sabiam ler ou frequentavam a escola primária. Estes dados permitem definir duas taxas de escolarização. A primeira utilizando o número de alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino primário (baseada nas *Estatísticas da Educação*) e a segunda recorrendo ao número de crianças que frequentavam a escola (baseado no *Censo de 1940*), ambas divididas pelo número de crianças de 7-10 ou 7-13 anos de idade. De acordo com as *Estatísticas da Educação*, havia

506.086 alunos matriculados no ensino primário, o que, de acordo com o censo, representa 84% das crianças de 7-10 anos do país. De acordo com o censo, o número total de crianças entre 7 e 13 anos e entre 7 e 10 anos que frequentava a escola era 303.565 e 215.521, respectivamente. Qualquer destes números é, no entanto, muito inferior ao número de 506.086 de matriculados no ensino primário. É possível que parte da diferença entre o número de matriculados e os que declaram frequentar a escola se deva ao absentismo escolar, que é seguramente mais acentuado nas zonas rurais, ou a um desajustamento nas idades escolares. Algumas crianças começavam a escola aos seis anos de idade e terminavam o ensino primário antes de perfazerem os 10 anos de idade, enquanto outras concluíam-no após os 10 anos. É também possível que, devido à obrigatoriedade do ensino até à 3ª classe, muitos pais matriculassem os filhos na escola sem terem, no entanto, intenção de que estes a frequentassem.

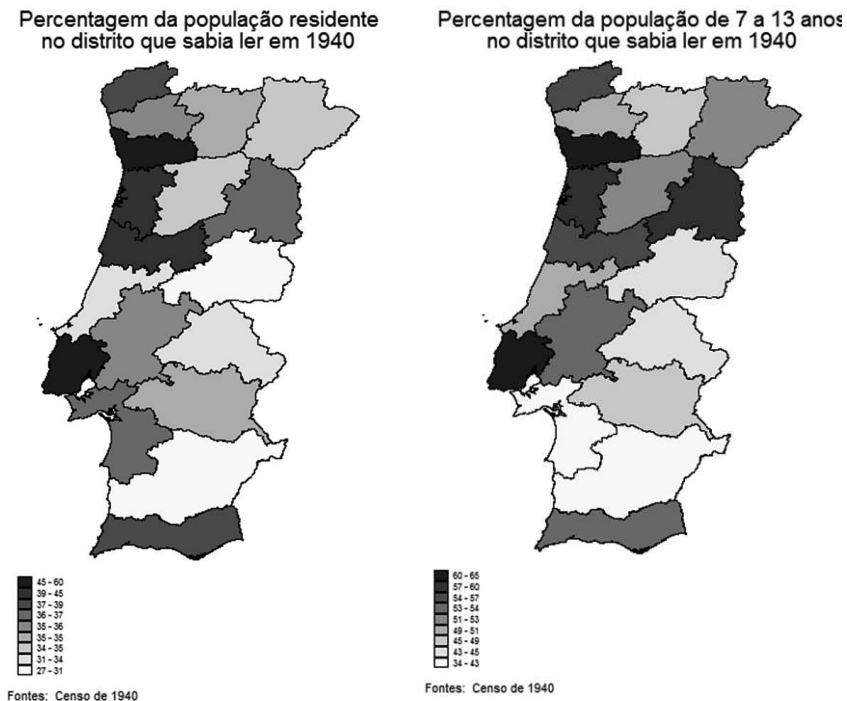
No entanto, apesar desta diferença, o que se observa no censo é, ao nível do distrito, uma forte associação entre a percentagem de crianças que sabiam ler e a percentagem das que declaravam frequentar a escola primária, e uma menor associação de qualquer destas percentagens com a de crianças matriculadas.¹⁵ A Tabela 6 demonstra, por distrito, o número de matriculados, a alfabetização e a frequência escolar como percentagem das crianças residentes entre 7-10 e 7-13 anos de idade. Beja é o distrito com a menor percentagem de crianças matriculadas (59%) e também a menor percentagem de crianças que frequentavam a escola (20%) e que sabiam ler (29%) se se tomar como referência o número de crianças de 7-10 anos residentes em cada distrito. Note-se que as percentagens superiores a 100%, de Bragança e Guarda, se devem provavelmente aos aspectos já referidos em parágrafo anterior ou a desajustamentos geográficos ocasionados por aquelas crianças que frequentavam a escola num distrito diferente do da sua residência. É interessante o caso de Lisboa, com uma percentagem de matriculados modesta (69%), mas com a maior percentagem de alunos que frequentavam a escola (46%) e que sabiam ler (59%).

A Tabela 7 apresenta estatísticas mais detalhadas por género. As primeiras três colunas apresentam a taxa de alfabetização total e por género. Esta taxa de alfabetização oficial inclui toda a população residente, incluindo as crianças até seis anos que, naturalmente, não sabiam ler, o que a enviesa ligeiramente para baixo. A taxa de alfabetização era de 41%, com uma grande diferença

¹⁵ A medida estatística utilizada chama-se coeficiente de correlação, assume o valor de 1 quando duas variáveis têm uma associação perfeita, e de 0 quando não têm qualquer associação. No primeiro caso o coeficiente de correlação é de 0,96, enquanto no segundo é de apenas 0,36.

por género; para os homens era de 48%, enquanto para as mulheres era apenas de 34%. Como nas estatísticas anteriores, observa-se uma grande variação por distrito. Assim, no distrito de Faro, por exemplo, a diferença das taxas de alfabetização entre homens e mulheres era de apenas dois pontos percentuais, enquanto em Coimbra e Viana do Castelo a diferença chegava aos 23 pontos percentuais. As restantes colunas da Tabela 7 apresentam as mesmas estatísticas da Tabela 6, mas diferenciadas por género. Como se observa nos mapas da Figura 2, a taxa de alfabetização das crianças dos 7 aos 13 anos era já nessa altura mais elevada do que a taxa de alfabetização da população geral (veja-se também Candeias 2004), facto que, provavelmente, reflecte o esforço de escolarização no final da 1ª República, mas, sobretudo, o do início do Estado Novo, como argumentam Palma e Reis (2021). A diferença relativamente ao total da população era de 10 pontos percentuais para os rapazes e 15 pontos percentuais para raparigas. Estas diferenças, no entanto, não se reflectiam na percentagem de crianças que possuíam o 1º grau – 8% para ambos, rapazes e raparigas.

Figura 2. Taxa de alfabetização



3. O Plano dos Centenários

Embora as directrizes iniciais do Plano dos Centenários tenham sido aprovadas em Dezembro de 1940, o mapa original das escolas a construir foi concluído em Julho de 1941. Este mapa, descrito no documento *Mapa Definitivo das Obras de Escolas Primárias* (1943), lista todas aquelas freguesias onde se projectava a construção de pelo menos uma nova escola/sala nos 10 anos seguintes, o número de edifícios e respectivas salas de aula a construir e a designação dos núcleos populacionais onde seriam levantados os edifícios. A informação sobre as escolas e salas de aula planeadas em 1941 (à qual se passará a chamar *base de dados das escolas*) é extraída directamente deste documento. O Plano dos Centenários de 1941 tinha previsto a construção de um total de 6.082 escolas no continente, a que correspondiam 9.314 salas de aula. O Plano foi posteriormente actualizado, em 1955 e em 1961,¹⁶ o que implicou que a construção de novas escolas primárias se prolongasse até finais dos anos 60 (Pimenta 2006). Os princípios que determinaram a distribuição das escolas primárias a erguer foram (*Mapa Definitivo das Obras de Escolas Primárias* 1943): 1) a distância percorrida pelas crianças para aceder ao ensino primário não deveria exceder os 3 km.; 2) rapazes e raparigas deveriam, sempre que possível, frequentar escolas separadas;¹⁷ 3) as turmas não deveriam exceder os 40 alunos; 4) cada escola não deveria conter mais de 4 salas de aula; 5) o estado comprometia-se à comparticipação de um máximo de 50% do custo de construção, ficando o resto ao cargo da autoridade local.

A base de dados das escolas integra 18 distritos, 269 concelhos e 2.831 freguesias, excluindo a Madeira e os Açores.¹⁸ Não estavam planeadas escolas nas cidades de Lisboa e do Porto, bem como no concelho de Constância. Em apenas 960 das 3.791 freguesias de Portugal continental não estava planeada nenhuma escola. A Figura 3 mostra a concentração, por distrito no mapa de Portugal continental, das escolas e das salas de aula planeadas. Cada distrito tencionava construir uma média de 338 novas escolas primárias, correspondendo a uma média de 517 salas de aula, ou seja, cada nova escola teria em média 1,5 salas de aula. Embora as cidades de Lisboa e Porto não

¹⁶ Plano de construções para o ensino primário (actualização do Plano dos Centenários), Lei nº 2.107, de 5 de Abril de 1961. *Diário do Governo*, I Série, nº 107, Decreto nº 43674.

¹⁷ Excepções eram permitidas em zonas de baixa densidade populacional.

¹⁸ A listagem feita no documento do *Mapa Definitivo das Obras De Escolas Primárias* (1943) é ao nível da sede de núcleo, que representa uma unidade geográfica menor que a freguesia. A listagem não menciona a construção de postos escolares, embora muitos dos estabelecimentos de ensino planeados fossem de uma só sala de aula.

fossem contempladas no plano, repare-se no elevado número de escolas e salas de aula planeadas nos respectivos distritos. É precisamente o Porto o distrito com mais escolas e salas planeadas: 587 e 1.074, respectivamente. O distrito com menos escolas planeadas é o de Portalegre (150); já para as salas de aula é o de Bragança (268). Como se pode verificar na Figura 3, a concentração de escolas e salas planeadas é mais elevada no litoral e Norte do país, regiões que são mais densamente povoadas. No entanto, na Figura 4, que mostra o número de escolas e de salas em funcionamento em 1940, vê-se que a maior expansão em termos relativos se dá no distrito de Setúbal e no Baixo Alentejo.

O concelho com mais escolas e salas de aula projectadas é o de Vila Nova de Gaia, no distrito do Porto, com 87 escolas e 191 salas. Os concelhos com menos escolas planeadas são Constância, no distrito de Santarém, Porto e Lisboa, todos com zero escolas, seguidos por Barrancos, no distrito de Beja, com apenas uma escola. Os concelhos com menos salas de aula planeadas são Figueira de Castelo Rodrigo (Guarda) e Alpiarça (Santarém), com apenas duas salas de aula (para além de Lisboa, Porto e Constância com

Figura 3. Distribuição de escolas e salas de aula planeadas em 1941, por distrito

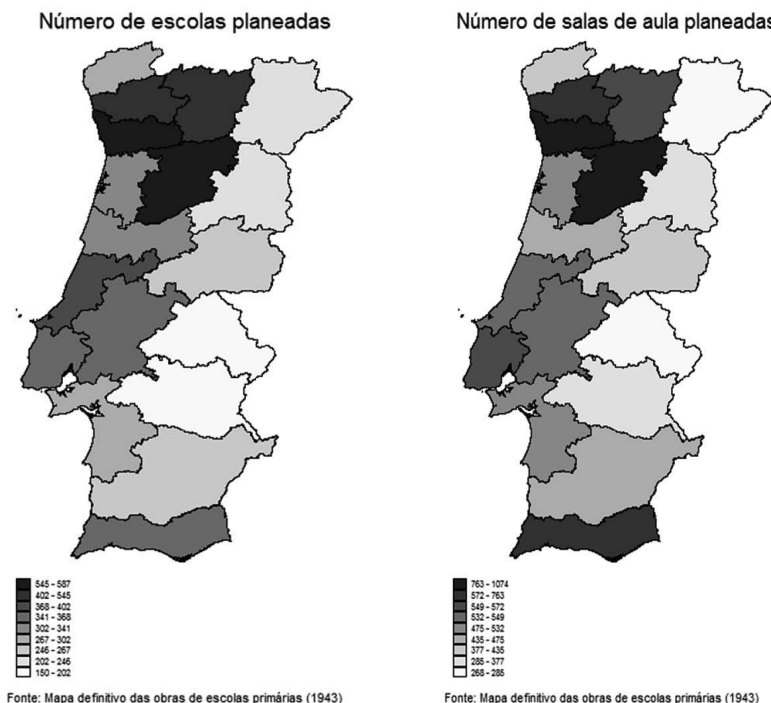
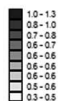
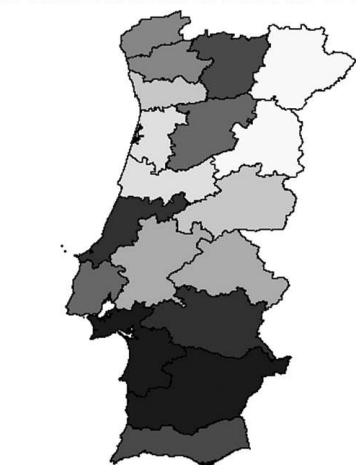


Figura 4. Percentagem de escolas e salas planeadas face às existentes em 1940-41

% escolas planeadas em relação ao número de estabelecimentos de ensino em 1940-1941

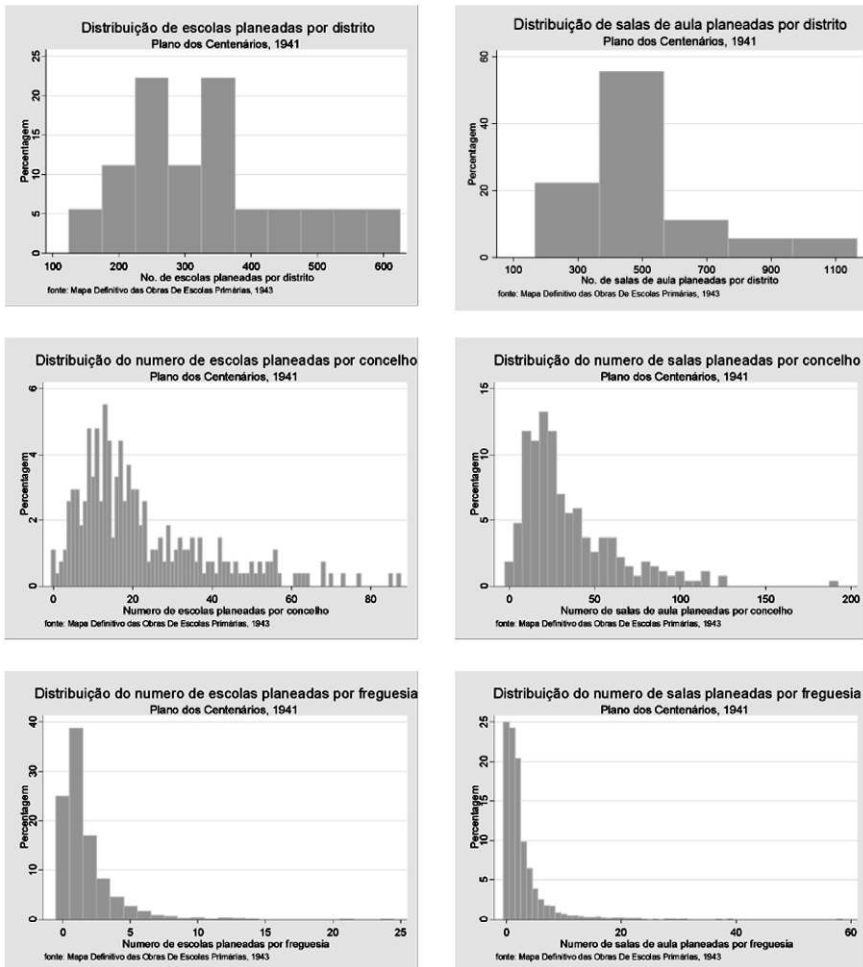
% salas planeadas em relação ao número de salas em 1940-1941

148

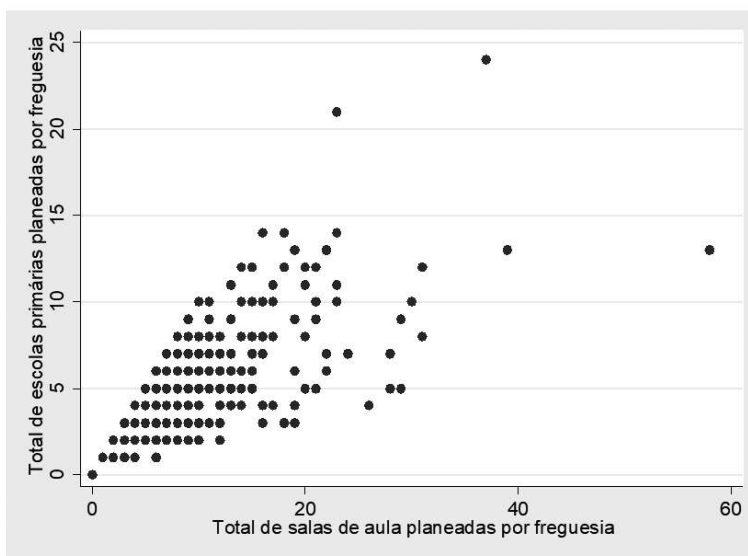
Fontes: Mapa definitivo das obras de escolas primárias (1943)
Estatísticas da Educação, Ano Lectivo 1940-41Fontes: Mapa definitivo das obras de escolas primárias (1943)
Estatísticas da Educação, Ano Lectivo 1940-41

zero). Tal como se verifica ao nível dos distritos, há também uma dispersão significativa no número de escolas e salas de aula planeadas em 1941 ao nível dos concelhos (ver Figura 5). A distribuição das salas de aula ao nível dos concelhos é mais enviesada do que a das escolas. No entanto, a associação entre o número de escolas e de salas planeadas é muito elevada, tanto ao nível do distrito como ao nível dos concelhos e das freguesias, como se pode ver na Figura 6. O Plano dos Centenários previu uma média de 2,1 escolas primárias (1,6, quando se inclui as freguesias onde não estavam previstas novas escolas) e de 3,3 salas de aula (2,5, quando se inclui as freguesias onde não estavam previstas salas adicionais) por freguesia. Como pode ser visualizado na Figura 5, a dispersão ao nível da freguesia é muito maior do que ao nível do concelho ou do distrito com chamativos extremos da distribuição visíveis também na Figura 6 (*outliers*, em termos estatísticos). Por exemplo, a freguesia de Santo António dos Olivais, em Coimbra, onde se projectava a construção de 54 salas de aula distribuídas por 13 escolas ou a freguesia de Coruche, concelho de Coruche (Santarém), com quase 25 escolas, o maior número de escolas planeadas.

Com o objectivo de saber quais os distritos que mais beneficiaram do Plano dos Centenários em termos relativos, convém normalizar o número

Figura 5. Escolas e salas planeadas em 1941 no âmbito do Plano dos Centenários

de escolas e salas de aula planeadas. Assim, na Tabela 8, por exemplo, o número de escolas é normalizado por número de milhares de residentes ou por milhares de crianças dos 0 aos 6 anos. Estimava-se a construção de praticamente uma nova escola por cada mil residentes em todo o país e uma média de seis escolas por cada mil crianças dos 0 aos 6 anos de idade. Estas cifras fazem do Plano dos Centenários um exemplo extraordinário de expansão escolar. Conforme a Tabela 8, os distritos de Porto e Lisboa são aqueles com menos escolas planeadas por criança, com 4,0 e 3,4 escolas para cada mil, respectivamente, menos de metade das escolas planeadas para os distritos de Faro ou de Vila Real, que são aqueles onde estava prevista a construção de mais escolas por cada mil crianças dos 0 aos 6 anos.

Figura 6. Escolas primárias e salas de aula planeadas por freguesia

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do *Mapa Definitivo das Obras de Escolas Primárias* (1943). **Nota:** Os pontos representam as diferentes combinações escolas/salas de aula planeadas por freguesia em Portugal continental. Como exemplo, o ponto mais à direita representa a freguesia de Santo António dos Olivais (Coimbra) onde estavam previstas 13 escolas e 54 salas de aula.

Também é em Faro e em Vila Real que o número de salas de aula planeado é o mais elevado por criança dos 0 aos 6 anos. Como era de esperar, são aqueles distritos com maiores percentagens de crianças entre os 7 e os 13 anos que sabem ler, ou seja, aqueles com maior cobertura escolar, os que têm menos novas escolas planeadas. Gomes e Machado (2020) mostram que o número de escolas planeadas por mil residentes no concelho está inversamente relacionado com a literacia da população de 7-19 anos do mesmo concelho. Essa associação continua a ser negativa quando se usa o número de escolas e salas planeadas por cada mil residentes a um nível mais desagregado como é o das freguesias.

4. A construção de escolas: o exemplo do distrito de Évora

Gomes e Machado (2020) oferecem dados agregados ao nível do concelho sobre o aumento do número de escolas entre o ano lectivo de 1940-41 e o ano lectivo de 1962-63. Este aumento representou 120% do número de escolas projectado inicialmente no Plano dos Centenários. Apesar dos

atrasos na execução do plano (Beja *et al.* 1996),¹⁹ e de este aumento incluir também um pequeno incremento no número de escolas privadas, concentradas sobretudo nas principais capitais de distrito do país, trata-se de um aumento muito significativo da oferta escolar. Gomes e Machado (2020) concluem que o número de escolas gizadas no Plano dos Centenários é capaz de prever o aumento de escolas nos concelhos durante os vinte anos que se sucederam. Assim, um concelho com mais 10 escolas planeadas viria a construir entre seis a oito escolas até 1962-63.

Falta, no entanto, informação específica sobre onde e quando é que cada uma dessas escolas foi construída. Não nos foi possível encontrar um documento (ou vários) que descreva o acompanhamento da execução do Plano dos Centenários, contrastando-o com o projecto inicial. Por este motivo, para obter informação sobre as escolas efectivamente construídas é necessário consultar o processo individual de cada nova escola construída, que se encontra no Arquivo das Construções Escolares do Ministério da Educação. Cada processo contém informação sobre a localização da nova escola, o número de salas de aula (e a divisão entre sexo feminino e masculino), os custos de construção e a data de conclusão do projecto (podendo também constar a data de entrega ou de inauguração da nova escola). Na impossibilidade de fazer o levantamento para Portugal, limitamos a análise ao distrito de Évora, um dos distritos de menor dimensão populacional de Portugal.

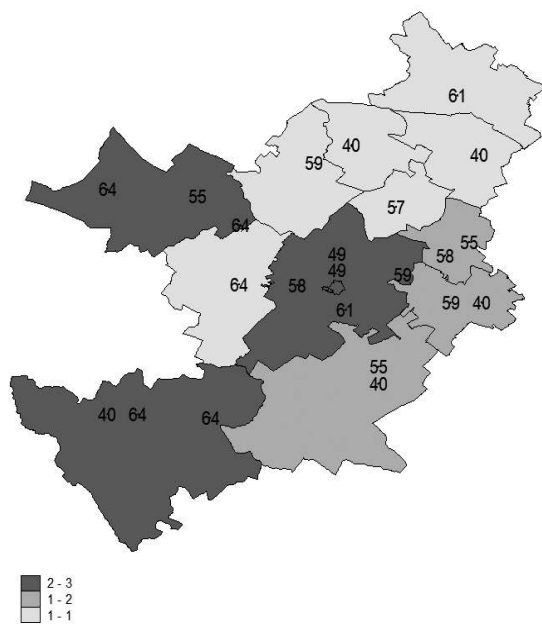
A Tabela 9 resume a informação sobre as novas escolas construídas após o Plano dos Centenários em todos os concelhos do distrito de Évora. Estando gizada a construção de 175 escolas, foi construído um total de 179 escolas no distrito. Embora o plano estipulasse um horizonte de 10 anos, verifica-se que a construção dessas escolas se prolongou ao longo de três décadas. Na década de 40 foram construídas 32% das escolas, na década de 50 outras 40% e o resto após 1960.²⁰ O mapa da Figura 7 apresenta o número de escolas construídas, bem como o respectivo ano de abertura (aproximado pelo ano de conclusão do projecto) para o concelho de Estremoz, distrito de Évora. As subdivisões geográficas na figura são freguesias. Embora as escolas estivessem distribuídas por todo o concelho,

¹⁹ Decreto-Lei n.º 38.968, de 27 de Outubro de 1952.

²⁰ A data de conclusão do projecto, utilizada como aproximação da data de abertura das escolas, obtêm-se no correspondente “auto de entrega” ou “auto de entrega definitivo”. Esta data pode ser confirmada por outros dois documentos, o “auto de recepção provisório” e o “auto de recepção definitivo” cujas datas são em geral diferentes, mas muito próximas, uma vez que se referem à entrega do novo edifício do Ministério das Obras Públicas ao município encarregado de gerir a escola.

decorrem mais de 20 anos entre o ano de abertura da primeira e o da última escola construída.

Figura 7. Escolas construídas no concelho de Estremoz



Fonte: Processos Escolares, MNE, Lisboa.

5. Conclusão

Recentemente, a política educativa do Estado Novo tem gerado intensas discussões, por vezes ideológicas, quer na literatura académica quer na esfera pública portuguesa. O objectivo deste artigo é compilar e fornecer dados estatísticos existentes, para que possam ser utilizados nessas discussões. A leitura destas estatísticas tem sempre um elemento subjectivo e podem existir dúvidas sobre a qualidade da recolha e análise dos dados nos anos 1940. No entanto, acreditamos que pela sua qualidade, homogénea no território nacional, estas estatísticas permitem uma análise credível da variação regional e por género, o principal contributo deste artigo. Em 1940, a população portuguesa era na sua maioria analfabeta, em parte fruto de uma rede de estabelecimentos de ensino primário escassa e desigual, em termos de quantidade e de qualidade, nas diferentes zonas do país.

Este trabalho demonstra vários factos a nível do distrito, do concelho e da freguesia para além duma classificação por género sobre, por um lado, a situação da escolarização em Portugal em 1940 e, por outro, a estratégia seguida pelo Plano dos Centenários quanto à distribuição das escolas e das salas de aula projectadas. O Plano projectava uma maior expansão em termos relativos nas áreas mais desfavorecidas do Sul e interior do país. A modo de exemplo, a nossa análise termina com a apresentação de dados sobre a execução do Plano no distrito de Évora, que se prolongou ao longo de três décadas.

Agradecimentos

Agradecemos a Françoise Le Cunff, do arquivo do Ministério da Educação, o apoio à recolha de dados; e a Joaquim Maia Gomes e Rita Maia Gomes, assim como aos três avaliadores anónimos desta revista pelos comentários a versões anteriores deste artigo.

Anexo estatístico

Tabela 1. Estatísticas gerais por distrito, 1940

Distrito	Estatísticas demográficas			Estatísticas administrativas			Estatísticas do sistema educativo		
	Residentes (1)	Crianças de 0 a 6 anos (2)	Crianças de 7 a 13 anos (3)	Superfície (4)	Núme- ro de concelhos (5)	Núme- ro de freguesias (6)	Estabele- cimentos de ensino primário (7)	Professores (8)	Alunos matricu- lados (9)
Aveiro	433395	69620	66235	2772	19	188	694	909	35805
Beja	278215	42427	40718	10276	14	91	242	352	14151
Braga	487674	88625	78080	2730	13	510	814	935	38394
Bragança	213679	36467	33478	6546	12	296	489	541	20271
Castelo Branco	304592	47042	45145	6704	11	150	466	556	22879
Coimbra	415827	55570	57589	3956	17	192	588	710	28668
Évora	209956	31426	30895	7388	13	92	203	322	13629
Faro	319625	41568	43377	5072	16	71	479	612	22315
Guarda	295663	48491	44608	5496	14	329	646	721	26493
Leiria	358021	56205	55348	3435	16	125	479	590	25086
Lisboa	1054731	109564	124717	2747	14	168	577	1169	49505
Portalegre	189044	27304	27042	6133	15	79	260	341	13051
Porto	940870	147191	139978	2282	17	381	1024	1575	67000
Santarém	426136	62318	61500	6689	20	157	616	762	31718
Setúbal	270000	42314	41217	5105	13	55	202	347	14404
Viana do Castelo	261133	42293	39716	2108	10	287	460	589	21886
Vila Real	291297	50409	46543	4238	14	258	574	700	24055
Viscu	469024	80081	72790	5005	24	362	848	995	36776
Portugal continental	7218882	1078915	1048976	88682	272	3791	9661	12726	506086

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo de 1940 e das *Estatísticas da Educação, Ano Lectivo 1940-41*. **Legenda:** (1) População residente no distrito; (2) População de 0 a 6 anos residente no distrito; (3) População de 7 a 13 anos residente no distrito; (4) Superfície do distrito (km²); (5) Concelhos no distrito; (6) Freguesias no distrito; (7) Total de estabelecimentos de ensino primário; (8) Professores e regentes existentes; (9) Alunos matriculados no ensino primário.

Tabela 2. Estatísticas do sistema educativo, 1940-41

Distrito	Estabelecimentos de ensino primário (E. E. P.)			Alunos por			Alunos por professor em		
	Escolas (1)	Postos escolares (2)	Total E. E. P. (3)=(1)+(2)	Escola (4)	Posto escolar (5)	E. E. P. (6)	Escolas (7)	Postos escolares (8)	E. E. P. (9)
Aveiro	503	191	694	62,10	23,93	51,59	45,73	20,23	39,39
Beja	186	56	242	67,47	28,59	58,48	43,43	25,41	40,20
Braga	566	248	814	56,20	26,54	47,17	46,65	26,02	41,06
Bragança	369	120	489	46,45	26,10	41,45	42,11	23,37	37,47
Castelo Branco	318	148	466	60,15	25,35	49,10	47,23	24,85	41,15
Coimbra	489	99	588	53,04	27,58	48,76	43,67	23,53	40,38
Évora	143	60	203	82,76	29,92	67,14	45,17	29,92	42,33
Faro	222	257	479	70,45	25,98	46,59	46,13	24,45	36,46
Guarda	568	78	646	43,68	21,60	41,01	38,95	20,06	36,74
Leiria	383	96	479	58,27	28,84	52,37	46,11	26,12	42,52
Lisboa	424	153	577	103,92	35,58	85,80	43,41	35,35	42,35
Portalegre	193	67	260	59,24	24,13	50,20	41,73	24,13	38,27
Porto	827	197	1024	74,55	27,13	65,43	44,94	26,33	42,54
Santarém	458	158	616	59,63	27,89	51,49	45,44	27,37	41,62
Setúbal	125	77	202	95,06	32,75	71,31	46,78	27,12	41,51
Viana do Castelo	319	141	460	57,47	25,21	47,58	42,83	22,07	37,16
Vila Real	456	118	574	46,92	22,54	41,91	39,11	17,39	34,36
Viseu	715	133	848	46,91	24,35	43,37	40,26	19,99	36,96
Portugal continental	7264	2397	9661	63,57	26,89	53,37	43,87	24,65	39,58

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de *Estatísticas da Educação, Ano Lectivo 1940-41*. **Legenda:** (1) Escolas em funcionamento; (2) Postos escolares em funcionamento; (3) Total de estabelecimentos de ensino; (4) Média de alunos matriculados no ensino diurno por escola; (5) Média de alunos matriculados por posto escolar; (6) Média de alunos por total de estabelecimentos de ensino; (7) Média de alunos do ensino diurno por professor em escolas; (8) Média de alunos do ensino diurno por regente em postos escolares; (9) Média de alunos do ensino diurno por professor/regente em estabelecimentos de ensino.

Tabela 3. Alunos por estabelecimento de ensino primário e por professor, por concelho

Distrito	Alunos matriculados por estabelecimento de ensino primário			Alunos matriculados por professor		
	Média (1)	Máximo (2)	Mínimo (3)	Média (4)	Máximo (5)	Mínimo (6)
Aveiro	55,15	79,50	38,42	42,97	50,91	36,64
Beja	65,68	110,00	39,86	42,91	55,00	37,20
Braga	46,71	61,91	33,97	42,03	48,42	33,97
Bragança	43,34	59,36	35,10	39,37	44,57	33,38
Castelo Branco	48,25	78,06	33,44	41,05	58,55	32,88
Coimbra	48,75	84,20	36,28	42,38	54,69	32,39
Évora	75,56	109,50	53,76	46,88	58,65	40,30
Faro	50,42	109,93	32,86	38,81	61,56	32,28
Guarda	42,68	63,43	34,74	38,61	48,59	32,19
Leiria	58,07	95,94	45,65	48,27	60,44	41,04
Lisboa	76,63	354,88	40,73	49,57	70,87	34,46
Portalegre	58,82	145,25	35,28	42,90	55,07	32,67
Porto	67,99	221,65	37,10	47,41	62,18	36,23
Santarém	61,22	134,33	36,88	42,34	52,04	34,71
Setúbal	79,56	119,05	57,67	48,95	61,37	37,44
Viana do Castelo	48,90	69,06	40,21	42,51	48,29	37,81
Vila Real	42,28	55,65	34,32	38,06	46,75	32,38
Viseu	42,84	58,33	32,89	38,93	44,17	32,50
Portugal continental	56,06	354,89	32,85	42,90	70,87	32,19

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de *Estatísticas da Educação, Ano Lectivo 1940-41*. **Legenda:** (1) e (4) Média dos concelhos de cada distrito; (2) e (5) Valor máximo dos concelhos de cada distrito; (3) e (6) Valor mínimo dos concelhos de cada distrito.

Tabela 4. Progressão escolar após 2ª classe

Distrito	Total (1)	Em escolas (2)	Em postos escolares (3)	Alunos (4)	Alunas (5)
Aveiro	47,63	52,08	23,01	53,26	40,74
Beja	44,69	48,38	21,10	48,44	40,53
Braga	34,37	38,61	17,03	39,20	28,05
Bragança	37,87	40,97	23,06	41,77	33,70
Castelo Branco	44,07	50,03	19,83	49,43	37,11
Coimbra	46,79	49,78	23,36	52,71	39,20
Évora	51,40	56,39	25,09	54,38	48,04
Faro	53,48	70,92	23,88	56,34	50,56
Guarda	48,35	49,88	28,92	54,82	41,30
Leiria	36,87	39,97	16,15	40,87	31,64
Lisboa	55,43	61,79	17,89	57,32	53,41
Portalegre	46,72	51,91	18,20	52,92	39,87
Porto	49,48	52,30	23,13	54,37	43,59
Santarém	51,86	56,65	27,64	58,21	44,01
Setúbal	49,75	58,91	17,74	53,10	45,96
Viana do Castelo	39,74	45,09	17,41	45,89	31,66
Vila Real	38,46	41,22	19,66	42,72	33,62
Viseu	42,60	44,73	23,73	47,75	36,15
Portugal continental	45,53	50,53	21,49	50,19	39,95

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de *Estatísticas da Educação, Ano Lectivo 1940-41*. **Legenda:** Alunos matriculados na 3ª e 4ª classe dividido pelo número de alunos matriculados na 1ª e 2ª classe.

Tabela 5. Alunos propostos para exame, em percentagem dos alunos da 1ª e 2ª classe

Distrito	Em escolas			Em postos escolares			% Alunos aprovados (7)
	Alunos (1)	Alunas (2)	Total (3)	Alunos (4)	Alunas (5)	Total (6)	
Aveiro	21,22	18,98	20,19	13,63	10,06	12,14	12,14
Beja	19,16	19,09	19,13	11,72	9,88	10,82	10,82
Braga	17,68	14,86	16,45	12,64	5,51	9,58	9,58
Bragança	18,38	16,03	17,25	12,19	9,82	11,04	11,04
Castelo Branco	21,72	18,43	20,27	16,01	8,70	13,03	13,03
Coimbra	20,14	14,42	17,61	14,56	11,78	13,42	13,42
Évora	21,27	20,73	21,01	13,68	15,77	14,63	14,63
Faro	24,47	24,49	24,48	11,70	13,25	12,45	12,45
Guarda	21,03	18,01	19,59	17,18	14,86	16,07	16,07
Leiria	17,60	14,93	16,42	10,19	6,23	8,72	8,72
Lisboa	22,13	21,52	21,84	9,73	8,61	9,16	9,16
Portalegre	21,10	16,11	18,73	11,40	11,09	11,26	11,26
Porto	23,28	20,21	21,88	15,98	10,53	13,64	13,64
Santarém	24,26	20,18	22,40	18,45	15,40	17,21	17,21
Setúbal	21,26	19,46	20,41	10,15	8,39	9,34	9,34
Viana do Castelo	19,53	13,33	16,83	8,82	4,93	7,20	7,20
Vila Real	18,67	16,03	17,43	12,90	10,40	11,79	11,79
Viseu	19,52	17,47	18,60	14,30	11,72	13,18	13,18
Portugal continental	20,69	18,33	19,47	13,19	10,26	11,93	11,93

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de *Estatísticas da Educação, Ano Lectivo 1940-41*. **Legenda:** (1) Alunos do género masculino propostos ao exame do 1º grau (3ª classe) dividido pelos que frequentavam a 1ª e 2ª classe em escolas; (2) Alunas propostas ao exame do 1º grau dividido pelas que frequentavam a 1ª e 2ª classe em escolas; (3) Total de alunos propostos ao exame do 1º grau dividido pelos que frequentavam a 1ª e 2ª classe em escolas; (4) Alunos do género masculino propostos ao exame do 1º grau dividido pelos que frequentavam a 1ª e 2ª classe em postos escolares; (5) Alunas propostas ao exame do 1º grau dividido pelas que frequentavam a 1ª e 2ª classe em postos escolares; (6) Total de alunos propostos ao exame do 1º grau dividido pelos que frequentavam a 1ª e 2ª classe em postos escolares. (7) Alunos do género masculino que aprovaram o exame do 1º grau, por concelho (em percentagem do total de alunos do sexo masculino apresentado ao exame).

Tabela 6. Situação da população em idade escolar (em percentagem)

Distrito	Grupo etário dos 7 aos 10 anos				Grupo etário dos 7 aos 13 anos			
	Alunos matriculados (1)	Que sabem ler (2)	Que frequentam a escola (3)	Que possuem o grau (4)	Alunos matriculados (5)	Que sabem ler (6)	Que frequentam a escola (7)	Que possuem o grau (8)
Aveiro	91,93	54,46	35,73	2,54	54,06	59,95	27,69	10,20
Beja	58,78	29,28	20,48	1,56	34,75	33,71	16,98	5,85
Braga	84,04	44,78	33,27	2,22	49,17	49,74	27,73	7,09
Bragança	102,51	46,42	33,20	3,30	60,55	51,63	28,27	8,87
Castelo Branco	86,75	38,40	27,20	2,64	50,68	44,02	22,99	8,33
Coimbra	86,53	49,21	34,57	2,30	49,78	54,83	27,81	7,48
Évora	75,32	44,63	34,62	1,93	44,11	48,66	27,64	7,51
Faro	89,49	48,78	33,80	2,60	51,44	53,57	26,99	9,39
Guarda	100,88	55,25	40,86	2,65	59,39	60,08	32,39	11,21
Leiria	77,84	45,34	33,57	1,68	45,32	48,78	27,29	6,23
Lisboa	69,20	58,85	46,03	3,02	39,69	65,47	37,96	8,65
Portalegre	81,78	39,50	26,29	2,64	48,26	44,07	21,19	8,36
Porto	82,45	55,20	40,52	2,60	47,86	60,77	33,17	9,14
Santarém	89,52	49,49	35,54	2,22	51,57	53,48	28,07	8,84
Setúbal	59,86	37,41	27,07	2,06	34,95	42,04	23,91	5,51
Viana do Castelo	94,14	48,08	36,60	1,70	55,11	53,71	30,79	7,04
Vila Real	89,19	39,86	30,19	1,49	51,68	46,38	26,97	5,74
Viseu	85,32	45,83	33,01	2,48	50,52	51,37	26,93	9,23
Portugal continental	83,64	46,15	33,47	2,31	48,83	51,24	27,49	8,04

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de *Estatísticas da Educação, Ano Lectivo 1940-41* e do Censo de 1940. **Legenda:** (1) Alunos matriculados no ensino primário como percentagem do número de crianças de 7 a 10 anos no distrito; (2) Crianças de 7-10 anos que sabiam ler como percentagem do número de crianças de 7 a 10 anos no distrito; (3) Crianças de 7 a 10 anos que frequentavam o ensino primário como percentagem do número de crianças de 7 a 10 anos no distrito; (4) Crianças de 7 a 10 anos que possuíam o grau de primária como percentagem do número de crianças de 7 a 10 anos no distrito; (5) Alunos matriculados no ensino primário como percentagem do número de crianças de 7 a 13 anos no distrito; (6) Crianças de 7 a 13 anos que sabiam ler como percentagem do número de crianças de 7 a 13 anos no distrito; (7) Crianças de 7 a 13 anos que frequentavam a escola primária como percentagem do número de crianças de 7 a 13 anos no distrito; (8) Crianças de 7 a 13 anos que possuíam o grau de primária como percentagem do número de crianças de 7 a 13 anos no distrito.

Tabela 7. Alfabetização e escolarização por género

Distrito	Total da população			Grupo etário dos 7 aos 13 anos					
	Que sabe ler			Que sabem ler		Que frequentam a escola		Que possuem o grau	
	Total (1)	Homens (2)	Mulheres (3)	Rapazes (4)	Raparigas (5)	Rapazes (6)	Raparigas (7)	Rapazes (8)	Raparigas (9)
Aveiro	43,49	53,98	34,25	64,15	55,48	30,67	24,53	10,79	9,57
Beja	26,69	29,58	23,71	34,22	33,20	17,64	16,29	5,85	5,86
Braga	35,39	45,34	26,50	55,78	43,39	31,38	23,90	8,03	6,11
Bragança	34,41	40,33	28,54	54,30	48,90	29,86	26,64	9,19	8,54
Castelo Branco	28,69	36,24	21,37	49,77	38,13	26,98	18,89	8,74	7,91
Coimbra	40,22	52,86	29,28	60,64	48,92	31,65	23,92	8,32	6,62
Évora	34,65	38,41	30,82	49,90	47,40	29,02	26,25	7,31	7,71
Faro	37,45	38,23	36,69	52,06	55,14	27,33	26,64	8,55	10,25
Guarda	37,43	43,98	31,38	63,21	56,85	35,27	29,42	11,18	11,23
Leiria	34,27	43,99	25,03	55,03	42,27	31,45	22,97	7,03	5,40
Lisboa	60,41	65,47	55,76	66,39	64,54	39,77	36,14	7,72	9,59
Portalegre	32,82	37,59	27,97	46,76	41,33	23,24	19,08	8,66	8,07
Porto	46,63	54,10	39,96	65,03	56,34	36,35	29,85	9,26	9,01
Santarém	35,81	43,56	28,33	58,16	48,62	31,24	24,77	9,21	8,45
Setúbal	35,94	38,82	32,95	42,56	41,51	24,73	23,06	5,41	5,63
Viana do Castelo	37,93	50,72	27,61	60,47	46,84	35,64	25,86	7,74	6,33
Vila Real	35,25	41,02	29,69	49,36	43,17	29,54	24,20	5,88	5,59
Viseu	34,48	43,33	26,57	56,17	46,31	30,38	23,29	9,80	8,63
Portugal continental	40,73	47,76	34,21	57,17	49,90	31,69	26,09	8,41	8,03

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo de 1940. **Legenda:** (1)-(3) População residente que sabe ler como percentagem do total (total, homens e mulheres); (4)-(5) Crianças de 7 a 13 anos que sabiam ler como percentagem do número de crianças de 7 a 13 anos no distrito; (6)-(7) Crianças de 7 a 13 anos que frequentavam o ensino primário como percentagem do número de crianças de 7 a 13 anos no distrito; (8)-(9) Crianças de 7 a 13 anos que que possuíam o grau de primária como percentagem do número de crianças de 7 a 13 anos no distrito.

Tabela 8. Escolas e salas planeadas, 1940-1941

Distrito	Escolas planeadas			Salas planeadas			Alfabetização em 1940	
	Total (1)	Por 1000 residentes (2)	Por 1000 crianças de 0 a 6 anos (3)	Total (4)	Por 1000 residentes (5)	Por 1000 crianças de 0 a 6 anos (6)	% pop. que sabe ler e escrever (7)	% pop. 7-13 anos que sabe ler e escrever (8)
Aveiro	326	0,752	4,68	493	1,138	7,08	43,49%	59,95%
Beja	266	0,956	6,27	442	1,589	10,42	26,69%	33,71%
Braga	519	1,064	5,86	749	1,536	8,45	35,39%	49,74%
Bragança	229	1,072	6,28	268	1,254	7,35	34,41%	51,63%
Castelo Branco	263	0,863	5,59	420	1,379	8,93	28,69%	44,02%
Coimbra	319	0,767	5,74	456	1,097	8,21	40,22%	54,83%
Évora	188	0,895	5,98	333	1,586	10,60	34,65%	48,66%
Faro	356	1,114	8,56	578	1,808	13,90	37,44%	53,57%
Guarda	216	0,731	4,45	289	0,977	5,96	37,43%	60,08%
Leiria	376	1,050	6,69	538	1,503	9,57	34,36%	48,78%
Lisboa	368	0,349	3,36	565	0,536	5,16	60,41%	65,47%
Portalegre	150	0,793	5,49	281	1,486	10,29	32,82%	44,07%
Porto	587	0,624	3,99	1074	1,141	7,30	46,63%	60,77%
Santarém	368	0,864	5,91	537	1,260	8,62	35,81%	53,48%
Setúbal	268	0,993	6,33	527	1,952	12,45	35,93%	42,04%
Viana do Castelo	284	1,088	6,72	428	1,639	10,12	37,93%	53,71%
Vila Real	428	1,469	8,49	560	1,922	11,11	35,24%	46,38%
Viseu	571	1,217	7,13	776	1,655	9,69	34,48%	51,37%
Portugal continental	6082	0,926	5,97	9314	1,414	9,18	37,33	51,24

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo de 1940 e do *Mapa Definitivo das Obras de Escolas Primárias* (1943).

Legenda: (1) Escolas planeadas no distrito (*Mapa Definitivo das Obras de Escolas Primárias* 1943). (2) Escolas planeadas no distrito (1) dividido pelo total da população residente no distrito (em milhares) (Censo 1940). (3) Escolas planeadas no distrito (1) dividido pelo número de crianças dos 0 aos 6 anos de idade (em milhares) no distrito (Censo 1940). (4) Salas de aula planeadas no distrito (*Mapa Definitivo das Obras de Escolas Primárias* 1943). (5) Salas de aula planeadas no distrito (4) dividido pelo total da população residente no distrito (em milhares) (Censo 1940). (6) Salas de aula planeadas no distrito (4) dividido pelo número de crianças dos 0 aos 6 anos de idade (em milhares) no distrito (Censo 1940). (7) População residente no distrito que sabia ler (Censo 1940). (8) População de 7 a 13 anos residente no distrito e cujos pais declaram que sabiam ler (Censo 1940).

Tabela 9. Escolas e salas planeadas e construídas no distrito de Évora

Concelho	Freguesias	Plano dos Centenários		Construídas				
		Escolas	Salas de aula	Escolas	Salas de aula	1940-1950	1950-1960	> 1960
Alancroal	5	13	23	16	27	4	11	1
Arraiolos	4	9	12	10	13	8	1	1
Borba	4	9	25	7	19	3	3	1
Estremoz	11	19	37	23	40	7	9	7
Évora	10	31	58	29	60	4	14	11
Montemor o Novo e Vendas Novas	7	34	49	34	59	8	14	11
Mora	4	8	14	8	18	5	2	1
Mourão	2	3	4	3	9	1	1	1
Portel	8	9	13	11	20	1	6	4
Redondo	7	14	24	11	20	2	3	6
Reguengos de Monsaraz	3	15	24	14	29	9	3	2
Viana do Alentejo	3	6	15	4	11	1	3	0
Vila Viçosa	4	5	13	9	22	4	1	4
Total	72	175	311	179	347	57	71	50

■ Referências

- Aghion, Philippe *et al.* (2019). "Education and Military Rivalry". *Journal of the European Economic Association*, 17 (2), pp. 376-412.
- Amaral, Luciano (2019). *The Modern Portuguese Economy in the Twentieth and Twenty-First Centuries*. London: Palgrave MacMillan.
- Aníbal, Arsénio Nunes; Cabeçadas, Alexandra (2000). "A expansão da rede escolar do ensino primário durante o Estado Novo – Uma política de voluntarismo minimalista", in *Livro de Actas do IV Congresso Português de Sociologia*. (https://aps.pt/wp-content/uploads/2017/08/DPR-462dd61024aca_1.pdf).
- Beja, Filomena *et al.* (1996). *Muitos anos de escola*, volume II, *anos 40-anos 70*. Lisboa: Ministério de Educação.
- Candeias, António (1998). "Alfabetização e escola em Portugal na transição do século. Dados e perspectivas". Documento n.º 105. Coimbra: Centro de Estudos Sociais.
- Candeias, António (2004). "Literacy, Schooling and Modernity in Twentieth-Century Portugal: What Population Censuses Can Tell Us". *Paedagogica Historica*, 40 (4), pp. 511-530.
- Candeias, António; Paz, Ana Luísa; Rocha, Melânia (2004). *Alfabetização e escola em Portugal nos séculos XIX e XX: os censos e as estatísticas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Carvalho, Rómulo de (1986). *História do ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cordeiro, A. M. Rochette; Santos, Lúcia; Caridade, Paulo (2013). "A reorganização do parque escolar nacional e a importância das componentes geográficas na metodologia adotada". *Cadernos de Geografia*, 32, pp. 323-338.
- Gomes, Pedro; Machado, Matilde Pinto (2020). "Literacy and Primary School Expansion in Portugal: 1940-1962". *Revista de Historia Económica, Journal of Iberian and Latin American Economic History*, 38 (1), pp. 111-145.

- Magalhães, Justino (2010). *Da cadeira ao banco. Escola e modernização (séculos XVIII-XX)*. Lisboa: Educa.
- Magalhães, Justino. (2018). “Escola única e educação rural no Estado Novo em Portugal”. *Historia y Memoria de la Educación*, 7, pp. 269-298.
- Marques, António Henrique de Oliveira (1981). *História de Portugal. Desde os tempos mais antigos até à presidência do Sr. general Eanes*, vol. III. Lisboa: Palas Editores.
- Martins, Ernesto Candeias (2009). “A política portuguesa de educação e de assistência social no período do Estado Novo (1930-1974)”. *Série Estudos – Periódico do Mestrado em Educação da UCDB*, 27, pp. 151-176.
- Mendonça, Alice (2009). *O insucesso escolar: políticas educativas e práticas sociais. Um estudo de caso sobre o arquipélago da Madeira. Educação e Formação*. Lisboa: Edições Pedagogo.
- Mónica, Maria Filomena (1977). “Deve-se ensinar o povo a ler? A questão do analfabetismo (1926-39)”. *Análise Social*, XIII, 50, pp. 321-353.
- Mónica, Maria Filomena (1978). *Educação e sociedade no Portugal de Salazar (A escola primária salazarista 1926-1939)*. Lisboa: Presença.
- Nóvoa, António (1992). “A educação nacional 1930-1974”, in F. Rosas (ed), *Nova História de Portugal*, vol. XII, *Portugal e o Estado Novo*. Lisboa: Presença, pp. 456-520.
- Palma, Nuno; Reis, Jaime (2021). “Can Autocracy Promote Literacy? Evidence from a Cultural Alignment Success Story”. *Journal of Economic Behaviour and Organization*, 86, pp. 412-436.
- Pimenta, Paulo (2006). *Do ‘Plano dos Centenários’ à construção da rede escolar no distrito de Vila Real*. Braga: Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho (dissertação de mestrado).
- Ramos, Rui (1988). “Culturas da alfabetização em Portugal: uma introdução à história da alfabetização no Portugal contemporâneo”. *Análise Social*, XXIV, 103-104, pp. 1067-1145.
- Reis, Jaime (1993). “O analfabetismo em Portugal no século XIX: uma interpretação”. *Colóquio Educação e Sociedade*, 1 (2), pp. 13-40.
- Santos, Lúcia; Cordeiro, António Manuel Rochette (2014). “Rede escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico em Portugal: evolução a partir de meados do século XX e principais fatores condicionantes no âmbito do planeamento e gestão”. *Cadernos de Geografia*, 33, pp. 195-204.
- Soysal, Yasemin Nuhoglu; Strang, David (1989). “Construction of the First Mass Education Systems in Nineteenth-century Europe”. *Sociology of Education*, 62 (4), pp 277-288.

SCHOOLING IN PORTUGAL IN THE EARLY 1940S: A QUANTITATIVE ANALYSIS

In 1940, the Portuguese Government approved the denominated “Plano dos Centenários,” a massive plan of primary school construction all over the country. The plan projected a 60% increase in the number of primary schools. Based on a thorough data collection and statistical analysis, we establish several facts regarding the situation of formal education and schooling levels in Portugal prior to the beginning of the plan by region, gender and type of school, as well as provide a description of the plan’s strategy regarding the location of new schools. In 1940, the distribution of schools was uneven at the geographical level, and there were great gender differences in educational achievement. The plan involved a larger relative expansion of schools in the most disadvantaged areas of the country. Finally, we describe the delays in the plan’s execution in a particular example, the Évora region.

Keywords: Plano dos Centenários, Portuguese education policy, Estado Novo, education statistics.

LA SCOLARITÉ AU PORTUGAL AU DÉBUT DES ANNÉES 40: UNE ANALYSE QUANTITATIVE

En 1940, le gouvernement portugais a approuvé le «Plano dos Centenários»: un ambitieux projet de construction d’écoles primaires dans tout le pays. Le plan était décisif pour le pays car il prévoyait une augmentation de 60% du nombre d’écoles primaires. Grace a

une base de données approfondie et une analyse statistique, nous établissons plusieurs faits concernant la place de l'éducation formelle et les niveaux de scolarisation au Portugal avant le début du plan, et ceci par région, sexe et type d'école. En 1940, la répartition des écoles était inégale au niveau géographique, et il y avait de grandes différences dans les résultats scolaires entre les sexes. Nous proposons une description de la stratégie d'implantation de nouvelles écoles du plan et, enfin, nous décrivons l'exécution du plan à l'aide de l'exemple particulier de la région d'Evora.

Mots-clés: Plano dos Centenários, politique de l'éducation, Estado Novo, statistiques de l'éducation.